

CLIPPING IMPRESSO

19/06/2019



INDICE

1. JORNAL AGORA SANTA INÊS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. ESMAM.....	2 - 6
3. JORNAL EXTRA	
3.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. ESMAM.....	8 - 9
4.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ESMAM.....	11
5.2. PRESIDÊNCIA.....	12

MULHER QUE ATROPELOU FAMÍLIA E MATOU DUAS PESSOAS É COLOCADA EM LIBERDADE EM IMPERATRIZ

Viviane Santos da Silva vai responder ao processo em liberdade com uso de tornozeleira eletrônica



Viviane Santos da Silva vai responder em liberdade- Foto Reprodução

A jovem Viviane Santos da Silva, de 19 anos, que atropelou uma família inteira em Imperatriz, matando duas pessoas, foi colocada em liberdade. A decisão foi anunciada em Audiência de Custódia, no fim da tarde de quarta-feira (5). A autora do acidente fatal vai responder ao processo em liberdade com tornozeleira eletrônica.

Após provocar o atropelamento, Viviane foi presa e autuada em flagrante pela prática de crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor e sob efeito de álcool. Um teste do etilômetro constatou embriaguez da jovem, que dirigia com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) provisória.

A audiência foi presidida pela juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis, que entendeu que não haver indícios para manter a jovem presa. A magistrada ponderou que não existem nos autos documentos (imagens, filmagens ou depoimentos) que informem como o fato ocorreu, de modo que, ao menos por hora, não é possível dar ao fato capitulação penal diferente da apontada pelo delegado de polícia (homicídio culposo).

Registrou, ainda, a magistrada que o clamor público não se constitui causa legal de justificação da prisão processual. Viviane foi colocada em liberdade, mediante medidas cautelares, dentre elas, suspensão da CNH, recolhimento domiciliar noturno, proibição de frequentar bares e uso de tornozeleira eletrônica.

O acidente Viviane Santos atropelou seis pessoas na noite de terça-feira (4), na Avenida Liberdade, bairro Vila Ipiranga, em Imperatriz. De acordo com a Polícia Militar, as pessoas estavam sentadas na porta da residência quando foram atingidas pelo carro desgovernado, dirigido pela jovem.

Duas pessoas morreram, a primeira vítima identificada foi Ruth Paixão, 54, que morreu ainda no local. A outra foi Ildener Silva, que foi encaminhada para o Hospital Municipal de Imperatriz, mas não resistiu aos ferimentos. As outras quatro pessoas permanecem internadas no Socorrão de Imperatriz. Uma delas teve a perna esquerda amputada.

Fonte: Imirante

Ministro do STJ lança livro hoje, no “Cristo Rei”

A obra é resultado da conclusão do curso de doutorado do ministro Reynaldo Soares da Fonseca

O livro "O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça", do ministro maranhense Reynaldo Soares da Fonseca, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), será lançado em São Luís nesta quarta-feira (19), no Palácio Cristo Rei, da Universidade Federal do Maranhão (Praça Gonçalves Dias – Centro), a partir das 18h.

A noite de autógrafos, aberta ao público, contará com a presença de juristas, magistrados, servidores públicos, procuradores, advogados, acadêmicos e outros profissionais que integram o sistema de justiça. O evento tem o apoio cultural do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Escola Superior da Magistratura (Esmam), Ministério Público, UFMA e Justiça Federal.

Com prefácio do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), e posfácio do procurador Carlos Augusto Alcântara Machado, do Ministério Público de Sergipe (MPSE), o livro apresenta a relevância da fraternidade por meio de sua compreensão como experiência possível, do estudo e da interpretação da história à luz da fraternidade, da colaboração entre teoria e prática da fraternidade na esfera pública, da interdisciplinaridade dos estudos e do diálogo entre as culturas.

Soluções pacíficas

A obra também mostra reflexões sobre a necessidade de que a Justiça acompanhe as transformações sociais e, ao mesmo tempo, garanta os

SERVIÇO

- **O QUÊ:** Lançamento do livro "O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça", de autoria do ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca
- **QUANDO:** Hoje (19), a partir das 18h. Aberto ao público
- **ONDE:** Palácio Cristo Rei – UFMA (Praça Gonçalves Dias – Centro)

direitos humanos fundamentais e favoreça a abertura para uma sociedade fraterna.

O livro é o resultado da conclusão do curso de doutorado do ministro Reynaldo Soares da Fonseca pela Fadis, de São Paulo, com pesquisa realizada pela Universidade de Siena, na Itália. O tema do trabalho de conclusão do doutorado foi "Princípio Constitucional da Fraternidade: seu Resgate no Sistema de Justiça". ●

integra em oestadoma.com/468524



No Cristo Rei

O grande acontecimento cultural da noite de hoje em São Luís é o lançamento do livro “O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça”, do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça, com prefácio do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal.

O local escolhido para a noite de autógrafos é o Palácio Cristo Rei, na Praça Gonçalves Dias.

No Cristo Rei 2

E o evento é uma promoção conjunta do Tribunal de Justiça do Maranhão, Escola Superior da Magistratura, Ministério Público, UFMA e Justiça Federal.

O livro, entre outras coisas, apresenta a relevância da fraternidade por meio de sua compreensão como experiência possível, do estudo e da interpretação da história à luz da fraternidade.

E também mostra reflexões sobre a necessidade da Justiça acompanhar as transformações sociais e, ao mesmo tempo, garantir os direitos humanos fundamentais, favorecendo a abertura para uma sociedade fraterna.



O DESEMBARGADOR Froz Sobrinho com seu colega de toga Marco Villas Boas (diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) e a desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez (2ª vice-presidente do TJMG)

Escola de Excelência

O desembargador Froz Sobrinho, diretor da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), representou o Maranhão no 48º Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escola Estaduais da Magistratura, realizado na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

O Encontro é considerado um importante espaço para debates e troca de experiências, com o propósito de aproximar e alinhar as ações das escolas da magistratura, sempre com vista à excelência da prestação jurisdicional.

Na pauta da reunião, temas atuais que irão guiar a formação dos magistrados em todo o país, como Segurança Humana, Inteligência Artificial e Uso Terapêutico da Cannabis Sativa (THC).

AGENDA

“O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE: SEU RESGATE NO SISTEMA DE JUSTIÇA”

Lançamento do livro “O princípio constitucional da fraternidade: seu resgate no sistema de justiça” do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares da Fonseca acontecerá no dia 19 de junho, a partir das 18h, no Palácio Cristo Rei (Praça Gonçalves Dias, Centro).

OTONLIMA

Na terra natal

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ) lança hoje o livro "O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça". Marcado às 18 horas, no Palácio Cristo Rei, o evento deve reunir a magistratura em peso.

CGJ estabelece normas para regularização fundiária urbana

Considerando o direito à moradia digna, por meio da incorporação de núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e da titulação de seus ocupantes, a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento N° 29/2019, estabeleceu normas gerais para o registro da Regularização Fundiária Urbana no âmbito da Lei N° 13.465/2017 e Decreto N° 9.310/2018. A medida leva em consideração a necessidade de regulamentar os procedimentos que deverão ser adotados pelas serventias extrajudiciais (cartórios) no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana, assim como as novas regras trazidas pelos dois diplomas legais referidos.

A regularização fundiária é uma política de interesse da CGJ-MA, no objetivo de ampliar o acesso da população a diversos direitos relacionados à moradia. A matéria é objeto de discussão e criação de parcerias entre o Judiciário e órgãos como a Secretaria de Cidades (Secid), Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e Federação dos Municípios do Maranhão (FAMEM).

A Lei N° 13.465/2017 e o Decreto N° 9.310/2018 relativizaram as regras de áreas públicas mínimas no parcelamento do solo urbano para atender a re-

gularização de áreas consolidadas e irreversíveis, comprovadamente existentes em 22 de dezembro de 2016, bem como novos institutos jurídicos, tais como a legitimação fundiária, que permitem o reconhecimento da propriedade de forma mais célere, revogando as legislações federais anteriores que tratavam sobre Regularização Fundiária Urbana (Reurb). Também flexibilizaram os paradigmas administrativos e registrais envolvendo a Regularização Fundiária Urbana, sobretudo no que se refere à gratuidade de custas dos atos de registro advindos da Reurb-S, mantendo as limitações de tamanho de área máxima de 250 m² e tempo mínimo de 5 anos de posse como requisitos para Reurb.

Segundo o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a regulamentação auxilia e orienta os delegatários quanto aos procedimentos necessários no âmbito das serventias, sobretudo para uniformização e maior agilidade dos atos a serem praticados. “O instituto da regularização fundiária atende ao princípio da dignidade da pessoa humana, porque confere segurança jurídica ao cidadão que tiver o seu título em mãos, inclusive para poder obter financiamentos bancários”, observa.

EM SÃO LUÍS

Ministro Reynaldo Soares lança livro



MARANHENSE REYNALDO SOARES DA FONSECA ATUA NO STJ

O livro *O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça*, do ministro maranhense Reynaldo Soares da Fonseca, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), será lançado em São Luís, hoje, quarta-feira (19), no Palácio Cristo Rei, da Universidade Federal do Maranhão (Praça Gonçalves Dias – Centro), a partir das 18h. A noite de autógrafos, aberta ao público, contará com a presença de juristas, magistrados, servidores públicos, procuradores, advogados, acadêmicos e outros profissionais que integram o sistema de justiça. O evento tem o apoio cultural do TJMA, Escola Superior da Magistratura (Esmam), Ministério Público, UFMA e Justiça Federal.

Com prefácio do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), e posfácio do procurador Carlos Augusto Alcântara Machado, do Ministério Público de Sergipe (MPSE), o livro apresenta a relevância da fraternidade por meio de sua compreensão como experiência possível, do estudo e da interpretação da história à luz da fraternidade, da colaboração entre teoria e prática da fraternidade na esfera pública, da interdisciplinaridade dos estudos e do diálogo entre as culturas.

A obra também mostra reflexões sobre a necessidade de que a Justiça acompanhe as transformações sociais e, ao mesmo tempo, garanta os direitos humanos fundamentais e favoreça a abertura para uma sociedade fraterna. O livro é o resultado da conclusão do curso de doutorado do ministro Reynaldo Soares da Fonseca pela FADISP, de São Paulo, com pesquisa realizada pela Universidade de Siena, na Itália. “O tema do trabalho de conclusão do doutorado foi *Princípio Constitucional da Fraternidade: seu Resgate no Sistema de Justiça*. Além do estudo do direito comparado em países europeus, abordei especificamente o preâmbulo da nossa Constituição e o artigo 3º, que preveem a construção de uma sociedade fraterna através de soluções pacíficas para as controvérsias”, esclarece o autor.



Lançamento jurídico

O livro “O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça”, do ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ), será lançado hoje em São Luís, no Palácio Cristo Rei, da Universidade Federal do Maranhão (Praça Gonçalves Dias – Centro), a partir das 18 horas. É franqueado ao público.

Conexão São Luís-Moçambique

IGOR MARTINS C. ALMEIDA

Doutorando em Direito/ULisboa. Professor Universitário

Os últimos meses tem sido de altos índices pluviométricos na capital maranhense. No fim de março, chuvas acima da média assolaram a ilha. Fotos e imagens registradas por aparelhos celulares mostraram ruas e avenidas transformadas em rios e corredeiras; condomínios foram invadidos pelas águas – em um deles chegou a ser expedida decisão judicial para que fosse demolido porque teria sido construído em área ambiental. Segundo reportagem de O Imparcial de 25 de março, 380 famílias (em sua maioria do Sá Viana, Sacavém e Anjo da Guarda) de São Luís ficaram desabrigadas por conta das fortes chuvas naquele fim de semana. A região norte do Maranhão não via tanta água caindo do céu desde 2009 (curiosamente um ciclo de 10 anos), quando grandes volumes de chuva caíram sobre todo o Estado.

Também em março, o ciclone Idai assolou Moçambique. Considerado um dos maiores desastres ambientais dos últimos anos, Idai arrasou boa parte do país, destruindo casas e infraestrutura urbana (inclusive hospitais que deveriam socorrer os atingidos). Cálculos das autoridades apontam mais de 600 mortos só naquele país (o ciclone também fez vítimas fatais em Malawi e no Zimbábue).

O Unicef estimou que cerca de 1,5 milhão de crianças precisariam de assistência imediata em saúde e alimentação. No fim de abril, a Human Rights Watch denunciou à comunidade internacional que mulheres e crianças vítimas do Idai estavam trocando sexo por comida.

O que São Luís (e o Maranhão em

2009) e Moçambique tiveram em comum naquele mês? De maneira apressada, o leitor poderia responder (com certa razão) que ambas são vítimas das alterações climáticas (se você não acredita em mudanças climáticas pode encerrar a leitura por aqui) que causam eventos com potencial maior de dano.

Contudo, o que as aproxima é o perfil das vítimas e populações afetadas. Se fizer um esforço em sua memória, vai perceber que grande parte das populações afetadas e vítimas fatais de fortes eventos climáticos são as mais vulneráveis econômica e socialmente. E isso não é particularidade de países latino-americanos, africanos ou do sudeste asiático. Basta lembrar de Nova Orleans e o Katrina em 2005.

Aqui vale um pequeno resgate histórico pessoal. Em 2009, no auge das enchentes no Maranhão, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos articulou uma campanha de doação de cestas básicas e roupas para famílias da comunidade quilombola de Barro Vermelho, às margens do Rio Munim, em Chapadinha. Das 26 casas, 23 foram invadidas pela cheia histórica do rio. Eu e minha esposa pegamos o carro, levamos as doações e nos deparamos com uma situação de partir o coração, pois, por conta do conflito na área, as famílias não tinham acesso a muita produção, à serviços públicos e até mesmo a ter moradias dignas, o que foi agravado com a enchente do Munim.

Em 2010, nova campanha por doação de cestas básicas, mas dessa vez pelo motivo oposto: uma grande seca afetou a região e o rio quase desapareceu por completo.

Em dezembro do ano passado, foi realizada uma Conferência global para discutir a situação das migrações

internacionais. Na oportunidade foi criado o Pacto Global para Migrações Seguras e Ordenadas. Dentro dessa conferência, a ONU reconheceu a gravidade dos refugiados climáticos.

Foram delineadas as primeiras linhas de um plano global para regular a migração de povos por conta das alterações climáticas. Estados Unidos, Austrália e alguns países da União Europeia não anuíram com o Pacto – e, conseqüentemente, com o plano global para regular migrações por conta das alterações climáticas. Segundo o portal de notícias da The Weather Channel, quase um quinto da população projetada para 2100, 2 bilhões de pessoas, podem tornar-se refugiados por causa das alterações climáticas, de acordo com um estudo da Universidade de Cornell.

Há um falso consenso no meio científico e na imprensa mundial de que precisamos cuidar do planeta porque as alterações climáticas potencializadas pela mão humana atingiriam a todos, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo ou condição econômica. Pura falácia. Os exemplos mais recentes estão aí para comprovar que há um recorte de classe social e econômica também nos efeitos catastróficos das alterações climáticas. E claro que esse recorte não é a natureza que faz. Somos nós.

A classe média/média alta, na segurança de uma moradia segura, qualificada e com um bairro razoavelmente estruturado não é afetada por essas mudanças. Talvez os maiores impactos que alguns ludovicenses tiveram com as fortes chuvas de março e abril foram as avarias nos seus automóveis por conta da péssima condição das vias urbanas ou a perda de tempo nos congestionamentos. E olhe lá.

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

K entre nós

***O livro "O Princípio Constitucional da Fraternidade: Seu Resgate no Sistema de Justiça", do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), será lançado em São Luís, nesta quarta-feira (19), no Palácio Cristo Rei, da Universidade Federal do Maranhão (Praça Gonçalves Dias – Centro), a partir das 18 horas.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



“Queremos aproximar o Judiciário dessa parcela da população que muito já contribuiu para a formação das bases da nossa sociedade. Por esse motivo, iremos dedicar parte de nosso tempo aos idosos, que tanto merecem esse gesto de amor”, ressaltou a magistrada Lidiane Melo, agradecendo o apoio incondicional do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e dos parceiros para a realização do evento.